

CORRELAÇÃO DE FORÇAS



ASSUNTOS DO PAÍS | 12 a 16 de outubro de 2026

INTRODUÇÃO

Os candidatos que disputam o segundo turno chegam à segunda semana de campanha. No Legislativo, a principal pauta do Senado é a possível votação da PEC que reduz a escala 6x1. Na economia, o destaque fica por conta dos dados sobre renda, varejo e serviços

PESQUISA ELEITORAL

Pesquisa BTG Pactual/Nexus divulgada nesta terça-feira (13) mostra Flávio Bolsonaro (PL) com 52% dos votos válidos e Luiz Inácio Lula da Silva (PT) com 48% no segundo turno da eleição presidencial. Considerando a margem de erro de dois pontos percentuais para mais ou para menos, os candidatos estão tecnicamente empatados. Nos votos totais, Flávio registra 48% das intenções de voto e Lula, 45%; 5% dos entrevistados afirmaram que votarão em branco, nulo ou em nenhum dos dois, enquanto 2% não souberam ou não responderam. Na pesquisa espontânea, em que os nomes dos candidatos não são apresentados, Flávio tem 46% e Lula, 44%.

O levantamento ouviu 2.002 eleitores por telefone entre 10 e 12 de outubro, tem nível de confiança de 95% e está registrado no Tribunal Superior Eleitoral sob o protocolo BR-07997/2026. A pesquisa também aponta rejeição de 51% a Lula e de 47% a Flávio Bolsonaro. No primeiro turno, realizado em 4 de outubro, Flávio obteve 47,03% dos votos válidos e Lula, 45,16%. O segundo turno está marcado para 25 de outubro.

LULA: 2º TURNO

A campanha do presidente Lula (PT) reorganizou a atuação para o segundo turno e montou, no comitê em Brasília, um núcleo destinado a jovens parlamentares eleitos e influenciadores que atuarão na estratégia digital. Entre os participantes estão os deputados federais eleitos Guilherme Cortez (PSOL-SP), Ana Elisa (PT-MG) e Ana Júlia Ribeiro (PT-PR). A equipe passou a testar vídeos em formato de selfie e discute a criação de uma rede coordenada de apoiadores nas plataformas digitais. Lula também incorporou à articulação aliados como o governador reeleito do Piauí, Rafael Fonteles (PT), além de dirigentes e parlamentares da base, com o objetivo de ampliar a mobilização entre jovens e outros segmentos do eleitorado no segundo turno, marcado para 25 de outubro.

Na articulação partidária, a Unidade Popular (UP), que teve Samara Martins como candidata à Presidência no primeiro turno, oficializou na quinta-feira (8) apoio a Lula. O petista já disputou o primeiro turno pela coligação Brasil Pronto pra Mais, formada por

PDT, PSB, Federação Brasil da Esperança — PT, PCdoB e PV — e Federação PSOL/Rede. Lula também mantém o apoio do presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), e do diretório do Republicanos na Paraíba, apesar de a direção nacional da legenda ter anunciado apoio a Flávio Bolsonaro (PL) no segundo turno e preservado a liberdade de algumas estruturas regionais. No MDB, não há apoio nacional à candidatura petista, enquanto integrantes da ala ligada a Lula permanecem livres para fazer campanha pelo presidente em seus estados.

FLÁVIO: 2º TURNO

Além dos apoios do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), do ex-governador Ronaldo Caiado (PSD), do governador de Goiás, Daniel Vilela (MDB), e do ex-presidente Michel Temer (MDB), a candidatura de Flávio Bolsonaro (PL) já conta com apoio institucional de União Brasil, Progressistas (PP), Republicanos, Novo e Podemos. União Brasil e PP, que integram a Federação União Progressista, formalizaram a adesão conjuntamente; o Republicanos anunciou apoio em 7 de outubro e o Podemos oficializou sua posição na quinta-feira (8). Entre os ex-candidatos à Presidência derrotados no primeiro turno, Romeu Zema (Novo) também declarou apoio, e Augusto Cury (Avante), terceiro colocado, acertou na quinta-feira (8) a sua adesão à candidatura de Flávio após uma conversa com o senador.

No MDB, ao menos 17 diretórios — 16 estaduais e o Distrito Federal — fecharam apoio a Flávio, em articulação conduzida pelo prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, com participação do presidente nacional da legenda, Baleia Rossi, e de Tarcísio. Estão entre os diretórios favoráveis os de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e o anúncio formal está previsto para 13 de outubro; alas do partido em estados como Alagoas e Pará devem ficar fora do movimento. Também declararam apoio nomes emedebistas como Temer, Daniel Vilela e o ex-governador gaúcho Germano Rigotto. Já o PSD manteve neutralidade nacional, apesar da adesão de Caiado, e o PSDB decidiu não apoiar oficialmente nenhum dos dois candidatos, liberando seus filiados para escolher entre Flávio e Lula (PT).

MOBILIZAÇÃO DOS CANDIDATOS

O presidente Lula (PT), candidato à reeleição, participou no domingo (11) de um ato na Avenida Paulista, em São Paulo, organizado por estudantes, movimentos sociais e partidos de esquerda, com foco na mobilização de jovens e na redução da abstenção no segundo turno. A manifestação ocupou cerca de 12 quarteirões da avenida, mas não houve estimativa oficial de público. Segundo a plataforma Comitê Popular de Luta, atos de apoio ao petista também ocorreram em outras 76 cidades, entre elas Brasília, Rio de Janeiro, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Goiânia e Manaus. Durante o discurso, Lula defendeu maior participação da juventude na política e apresentou governadores eleitos e reeleitos aliados, entre eles Rafael Fonteles, do Piauí, Elmano de Freitas, do Ceará, e Jerônimo Rodrigues, da Bahia.

No mesmo dia, Flávio Bolsonaro (PL) reuniu aliados, prefeitos e vereadores em um almoço no centro de São Paulo para organizar a campanha nas duas semanas anteriores ao segundo turno, marcado para 25 de outubro. Participaram do encontro o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), o prefeito Ricardo Nunes (MDB), o presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, André do Prado (PL), e o senador eleito Guilherme Derrite (PP). Flávio pediu aos aliados que evitem um ambiente de “já ganhou” e concentrem esforços na mobilização dos eleitores, enquanto Tarcísio e Nunes confirmaram um ato de apoio ao candidato na Avenida Paulista para 18 de outubro, com participação prevista do deputado Nikolas Ferreira (PL-MG).

ELEIÇÕES: DISPUTA NA JUSTIÇA

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) recebeu 698 processos envolvendo as candidaturas do presidente Lula (PT) e Flávio Bolsonaro (PL) durante o primeiro turno das eleições de 2026, segundo levantamento de O Globo com base nos registros da Corte. O volume representa aumento de 165% em relação aos 263 processos relacionados às duas principais campanhas presidenciais no primeiro turno de 2022 e de 147% na comparação com 2018. Dos processos contabilizados neste ano, 358 envolveram embates diretos entre as campanhas de Lula e Flávio, ante 77 em 2022 e 38 em 2018.

Até o encerramento do primeiro turno, Flávio Bolsonaro e o PL haviam apresentado 343 processos, equivalentes a 49,1% do total analisado, enquanto Lula e sua campanha respondiam por 265, ou 37,9%. As representações eleitorais foram o instrumento mais utilizado, com 355 casos, seguidas por 206 pedidos de direito de resposta. Entre os temas levados ao TSE estão propaganda eleitoral, publicações em redes sociais, desinformação, uso de inteligência artificial e pedidos de retirada de conteúdo. A disputa judicial prossegue no segundo turno, marcado para 25 de outubro, com novas ações envolvendo as duas candidaturas.

NUNES MARQUES X EXÉRCITO DO LULA

A área técnica do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) informou nesta segunda-feira (12) que não localizou, entre as publicações do canal de WhatsApp “Exército do Lula” analisadas de 2 a 11 de outubro, conteúdos iguais ou substancialmente equivalentes às afirmações apontadas pela campanha de Flávio Bolsonaro (PL) como desinformação. A verificação, determinada pelo presidente do TSE, ministro Kassio Nunes Marques, examinou textos, vídeos, áudios e prévias de links relacionados a alegações sobre Nossa Senhora Aparecida, milícias, aposentadorias, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Bolsa Família. O relatório, porém, registrou que parte das mensagens publicadas em setembro havia sido apagada, o que impediu uma avaliação integral desse período, e apontou riscos associados ao alcance do canal, à mobilização coordenada e ao uso recorrente de linguagem de confronto.

O documento foi produzido após decisões divergentes no TSE sobre o canal, administrado pelo deputado André Janones (Rede-MG) e acompanhado por mais de 3 milhões de usuários. No domingo (11), Nunes Marques determinou sua suspensão após pedido da campanha de Flávio, mas, horas depois, o corregedor-geral eleitoral, Ricardo Villas Bôas Cueva, restabeleceu o funcionamento por considerar insuficientes os elementos apresentados para justificar a retirada integral. Cueva manteve a proibição de republicar conteúdos já considerados ilícitos pela Justiça Eleitoral e submeteu a controvérsia ao plenário, ainda sem data definida para julgamento. Nunes Marques também marcou para esta terça-feira (13) uma reunião com representantes das campanhas de Lula (PT) e Flávio Bolsonaro.

TSE X MARÇAL

O ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, corregedor-geral eleitoral do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), determinou a abertura de uma Ação de Investigação Judicial Eleitoral para apurar a atuação do influenciador Pablo Marçal e do site Brasil 22 Token em favor da candidatura de Flávio Bolsonaro (PL) à Presidência. A ação foi apresentada pela campanha do presidente Lula (PT) e atribui a Marçal a divulgação de conteúdos editados e informações falsas contra o petista, além de questionar o uso de seu perfil nas redes sociais para propaganda eleitoral. Cueva concedeu prazo de cinco dias para Marçal e a campanha de Flávio apresentarem defesa.

O processo também investiga o Brasil 22 Token, plataforma que oferecia criptomoedas a usuários que compartilhassem conteúdos favoráveis a Flávio Bolsonaro, prática apontada pela campanha de Lula como possível abuso de poder econômico e uso indevido dos meios de comunicação. Cueva não decidiu imediatamente sobre o pedido para suspender o perfil de Marçal e solicitou que a campanha petista informe, em 72 horas, a existência de outros processos relacionados às páginas investigadas. A campanha de Flávio afirma que Marçal é apoiador político, mas não integra sua estrutura oficial, e nega vínculo com o projeto de criptomoedas. Marçal também rejeitou as acusações. Em decisão anterior, a Justiça Eleitoral já havia determinado a retirada do site Brasil 22 Token do ar.

MORAES E BOLSONARO

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou na segunda-feira (12) o senador e candidato à Presidência Flávio Bolsonaro (PL) a retomar as visitas ao pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro. Os encontros estavam suspensos havia 90 dias, prazo encerrado no domingo (11). Moraes afirmou que, durante o período de restrição, não ocorreram novos fatos que justificassem a prorrogação da medida. A Procuradoria-Geral da República (PGR) também havia se manifestado favoravelmente à retomada das visitas.

A suspensão foi determinada em 13 de julho, depois que Flávio divulgou nas redes sociais uma carta escrita pelo ex-presidente com conteúdo de apoio à sua candidatura, em descumprimento à determinação judicial que proibia Jair Bolsonaro de utilizar redes sociais por intermédio de terceiros. A nova decisão mantém a proibição de que os encontros tenham finalidade político-eleitoral e impede a divulgação de manifestos, cartas ou declarações do ex-presidente, inclusive por terceiros. Jair Bolsonaro cumpre prisão domiciliar após ter sido condenado a 27 anos e três meses de prisão no processo relacionado à tentativa de golpe de Estado.

AGENDA ECONÔMICA

A agenda econômica desta semana, de 12 a 16 de outubro, concentra divulgações sobre o ritmo da atividade no Brasil. Após o feriado de Nossa Senhora Aparecida, o Banco Central divulga nesta terça-feira (13) o Boletim Focus. Na quarta-feira (14), o IBGE apresenta a Pesquisa Mensal de Serviços referente a agosto; na quinta-feira (15), saem a Pesquisa Mensal de Comércio, também de agosto, e o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola de setembro. Na sexta-feira (16), o Banco Central divulga o IBC-Br de agosto, indicador mensal utilizado para acompanhar a evolução da atividade econômica, enquanto o IBGE apresenta dados de 2025 sobre trabalho de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos.

No exterior, os Estados Unidos concentram parte dos indicadores acompanhados pelos mercados. O índice de preços ao consumidor (CPI) de setembro será divulgado na quarta-feira (14), seguido, na quinta-feira (15), pelo índice de preços ao produtor (PPI), além dos números de vendas no varejo e pedidos de auxílio-desemprego. Na sexta-feira (16), está prevista a divulgação da produção industrial norte-americana. A agenda internacional inclui ainda dados de produção industrial e inflação da zona do euro. Nos Estados Unidos, o CPI havia avançado 0,4% em agosto e acumulava alta de 3,4% em 12 meses, enquanto o núcleo do indicador subiu 0,3% no mês e 2,4% em um ano.

BM: CRESCIMENTO DO BRASIL

O Banco Mundial elevou de 1,9% para 2,1% a projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil em 2026, segundo relatório divulgado na terça-feira, 6 de outubro. Apesar da revisão, a estimativa para o país permanece abaixo da expansão de 2,2% prevista para a América Latina e o Caribe neste ano. Para 2027, a instituição reduziu a previsão de crescimento da economia brasileira de 2,0% para 1,7%, enquanto a projeção para 2028 passou de 2,2% para 2,3%.

Segundo o Banco Mundial, as condições restritivas da política monetária brasileira limitam a demanda interna, enquanto o mercado de trabalho continua dando suporte à atividade. A instituição também aponta que os juros reais elevados restringem crédito, consumo e investimentos e cita a incerteza sobre políticas e a redução do impulso fiscal entre os fatores que afetam o crescimento. Para a América Latina e o Caribe, o Banco Mundial projeta avanço de 2,2% em 2026, ante 2,4% em 2025, e identifica como riscos para a região a volatilidade dos preços de energia, o elevado endividamento, o peso dos juros e possíveis impactos do fenômeno El Niño sobre agricultura, geração hidrelétrica e preços de alimentos e energia.

DADOS DO IPCA

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu 0,82% em setembro de 2026, após queda de 0,32% em agosto, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Com o resultado, a inflação oficial acumula alta de 3,95% no ano e de 4,58% em 12 meses, acima dos 4,22% registrados até agosto e do limite superior de 4,5% do intervalo de tolerância da meta de inflação. Em setembro de 2025, o índice havia avançado 0,48%.

Todos os nove grupos pesquisados apresentaram aumento de preços no mês. Habitação teve a maior variação, de 2,31%, e respondeu por 0,35 ponto percentual do IPCA, principalmente devido à alta de 7,98% da energia elétrica residencial após o fim do Bônus de Itaipu aplicado às contas de agosto. Transportes avançaram 0,89% e alimentação e bebidas, 0,83%, depois de três meses consecutivos de queda nos preços dos alimentos. Entre os itens com altas no período estão tomate, com 37,76%, batata-inglesa, com 24,07%, etanol, com 3,16%, e gasolina, com 1,21%.

SUBVENÇÃO DO COMBUSTÍVEL

O governo federal zerou por 30 dias as alíquotas de PIS/Pasep, Cofins e Cide incidentes sobre a gasolina, elevando a desoneração de R\$ 0,63 para R\$ 0,89 por litro. A medida integra um pacote com impacto fiscal estimado em R\$ 5,2 bilhões no período. Também foi mantida a desoneração de R\$ 0,19 por litro do etanol hidratado, enquanto a subvenção aos produtores do biocombustível passou de aproximadamente R\$ 0,25 para R\$ 0,43 por litro. Para o diesel importado, o governo anunciou subsídio adicional de R\$ 1,40 por litro, que será somado aos R\$ 2,12 já concedidos, com custo estimado de R\$ 1,6 bilhão em 30 dias.

Paralelamente, a Medida Provisória nº 1.395/2026 abriu crédito extraordinário de R\$ 7,52 bilhões para o Ministério de Minas e Energia financiar subvenções à produção e à importação de combustíveis, recursos que não se confundem com o impacto adicional de R\$ 5,2 bilhões das medidas anunciadas. Do total autorizado pela MP, R\$ 6,17 bilhões são destinados ao subsídio do diesel rodoviário e R\$ 1,35 bilhão a ações relacionadas a outros derivados de petróleo, com execução pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Segundo o Ministério da Fazenda, as medidas para gasolina e etanol serão compensadas por receitas extraordinárias da União provenientes do petróleo.

DADOS DO VAREJO

O varejo brasileiro registrou queda de 3,9% em termos reais em setembro de 2026, na comparação com o mesmo mês de 2025, segundo o Índice Cielo do Varejo Ampliado (ICVA). Foi o pior desempenho para setembro desde 2020 e o 16º mês consecutivo de retração real. A queda atingiu os três macrossetores acompanhados pelo indicador: serviços recuaram 9%, bens duráveis e semiduráveis caíram 7,3% e bens não duráveis tiveram redução de 0,7%. Entre os segmentos, turismo e transporte registraram retração de 13%.

Todas as regiões do país apresentaram queda real nas vendas, com recuo de 5,6% no Sudeste, 4,5% no Centro-Oeste, 3,6% no Nordeste, 2,1% no Norte e 1% no Sul. São Paulo teve redução de 7,1%. No recorte por canal, o comércio eletrônico apresentou crescimento nominal de 5,1% em relação a setembro de 2025, enquanto as vendas no varejo físico recuaram 0,1% em valores nominais. O ICVA acompanha mensalmente as vendas de 18 setores a partir das transações processadas pela Cielo e utiliza ajustes para descontar os efeitos da inflação.

BALANÇA COMERCIAL

A balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 7,74 bilhões em setembro de 2026, alta de 146,4% em relação aos US\$ 3,14 bilhões do mesmo mês de 2025, segundo o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). As exportações somaram US\$ 34,42 bilhões, avanço de 12,9% na comparação anual, enquanto as importações recuaram 2,4%, para US\$ 26,68 bilhões. Óleos brutos de petróleo, soja, café não torrado e farelo de soja estiveram entre os produtos que contribuíram para o aumento das vendas externas.

As exportações brasileiras para a China caíram 7,6% em setembro ante o mesmo período de 2025, com redução de cerca de 93% nos embarques de carne bovina após o esgotamento da cota sujeita à tarifa mais baixa estabelecida pelo país asiático. O MDIC também reduziu de US\$ 90 bilhões para US\$ 84,4 bilhões a projeção de superávit comercial do Brasil em 2026, resultado que, se confirmado, representará crescimento de 24% sobre 2025 e será o segundo maior saldo positivo da série histórica, atrás apenas de 2023.

PREOCUPAÇÃO DO EMPRESÁRIO

A tributação é o tema mais citado pelas empresas brasileiras entre as prioridades para o governo que assumirá em 2027, segundo sondagem do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre). O assunto foi indicado por 54,2% das cerca de 4 mil empresas consultadas em agosto, antes do primeiro turno das eleições, e liderou as respostas nos quatro setores pesquisados: indústria de transformação, serviços, comércio e construção. A pesquisa foi realizada durante a fase de transição da reforma tributária do consumo, que prevê a implantação gradual do novo sistema até 2033.

As contas públicas aparecem na segunda posição, mencionadas por 27,1% das empresas, seguidas por redução da burocracia, com 24,8%, e infraestrutura e logística, com 24,7%. Segurança pública foi citada por 18,2%, acesso ao crédito por 15,6%, qualificação da mão de obra por 15% e proteção à concorrência por 12,8%. Na construção, infraestrutura e qualificação profissional tiveram peso maior entre as respostas, enquanto empresas de serviços também deram destaque à burocracia. Cada participante podia indicar até três prioridades, motivo pelo qual os percentuais não somam 100%.

BC: REAJUSTES SALARIAIS

O Banco Central passou a divulgar mensalmente indicadores sobre os reajustes salariais definidos em convenções coletivas de trabalho no setor privado formal. Construídas a partir de registros do Sistema Mediador, do Ministério do Trabalho e Emprego, as séries mostram os reajustes nominais e reais, calculados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), além da proporção de convenções com aumentos acima, abaixo ou em linha com a inflação e a quantidade de instrumentos considerados. Os dados abrangem todas as regiões do país e setores como agropecuária, indústria, construção, comércio e serviços e ficarão disponíveis no Sistema Gerenciador de Séries Temporais (SGS) do Banco Central.

Estudo divulgado pelo Banco Central junto com a nova metodologia indica que os reajustes negociados apresentam relação com a inflação passada e que ganhos reais foram mais frequentes em períodos de menor desemprego. Esse comportamento foi observado entre 2012 e 2014 e voltou a ocorrer a partir de 2023, quando aumentou a participação de convenções com reajustes superiores à inflação. Segundo a autoridade monetária, o acompanhamento das negociações salariais amplia as informações disponíveis para avaliar as condições do mercado de trabalho e seus efeitos sobre a dinâmica dos preços.

DÍVIDA FAMILIAR

A parcela de famílias brasileiras com dívidas recuou de 82% em agosto para 81,7% em setembro de 2026, primeira queda desde dezembro do ano passado, segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). A proporção de famílias com contas em atraso também caiu, de 29,9% para 29,6%, menor nível desde março. Entre os consumidores com renda de até três salários mínimos, o endividamento passou de 85,1% para 84,6%, enquanto a inadimplência atingiu 38,5%.

Apesar da redução dos indicadores, aumentaram o comprometimento da renda e o tempo de atraso. A parcela média da renda destinada ao pagamento de dívidas chegou a 29,6%, ante 29,3% em agosto, e as contas vencidas permaneceram sem pagamento por 65,3 dias, em média, maior prazo desde novembro de 2024. Entre os inadimplentes, 48,9% acumulavam atrasos superiores a 90 dias, enquanto 19,4% das famílias destinavam mais da metade da renda mensal ao pagamento de dívidas e 33,8% mantinham compromissos financeiros havia mais de um ano.

RENDA MÉDIA DO TRABALHADOR

A renda média real do trabalhador brasileiro aumentou 12,4% entre o segundo trimestre de 2019 e o mesmo período de 2026, segundo cálculos baseados na Pnad Contínua, do IBGE, mas pesquisadores do FGV Ibre apontam que parte desse avanço está associada à mudança na composição da população ocupada. O período registrou aumento da participação de trabalhadores mais velhos e com maior escolaridade, grupos que, em média, recebem rendimentos superiores. Em um exercício contrafactual que mantém constantes idade e nível de instrução, o crescimento real da renda no período seria de cerca de 1,8%. O estudo também estima que, sem essas mudanças demográficas e educacionais, a taxa de desemprego no segundo trimestre de 2026 seria

de 6,6%, ante os 5,4% observados, e o nível de ocupação seria de 56,8%, em vez de 58,8%.

O resultado muda também quando o poder de compra é calculado com base na inflação dos alimentos, que avançou acima da inflação geral no período. Se o rendimento fosse deflacionado pelo índice de alimentação no domicílio, em vez do IPCA, a renda teria recuado 4,9% entre o segundo trimestre de 2019 e o segundo trimestre de 2026. Quando são considerados simultaneamente o aumento dos preços dos alimentos e os efeitos da mudança no perfil etário e educacional dos trabalhadores, a queda estimada chega a 13,8%. Os cálculos indicam que a evolução da renda agregada não se traduz, na mesma proporção, em aumento do poder de compra para trabalhadores com características semelhantes às observadas em 2019.

CUSTO DA CASA PRÓPRIA

O aumento dos custos habitacionais dificulta a conquista da casa própria para 82% dos brasileiros, segundo o estudo “Lar a Que Custo? Brasil”, divulgado em 5 de outubro pela Habitat para a Humanidade. O levantamento aponta ainda que 74% dos entrevistados reduziram pelo menos uma despesa no último ano para arcar com a moradia e 56% temem que um problema inesperado comprometa sua capacidade de permanecer onde vivem. A pesquisa foi realizada pela Edelman Intelligence, a pedido da Habitat for Humanity International, entre 10 de abril e 30 de junho de 2026, com 30.758 participantes em 22 países. No Brasil, foram ouvidas 1.400 pessoas, incluindo 1.000 adultos da amostra nacional, 300 participantes de baixa renda e 100 moradores de arranjos habitacionais informais.

Entre os brasileiros pesquisados, 34% afirmaram ter de escolher entre despesas de moradia e gastos essenciais, como alimentação, vestuário ou medicamentos. Entre aqueles que não possuem imóvel próprio, 48% disseram ter reduzido gastos com alimentação para pagar custos habitacionais. O levantamento também mostra que 57% consideram que essas despesas dificultam os planos de formar uma família e 60% temem impactos nas oportunidades das crianças sob seus cuidados. Apesar das restrições financeiras, 79% esperam melhora na situação habitacional nos próximos três anos e 92% afirmam que pretendem ter uma casa própria em algum momento da vida.

GASTOS COM A MORADIA

Três em cada quatro brasileiros, ou 74%, reduziram pelo menos uma despesa no último ano para conseguir arcar com os custos da moradia, segundo o estudo “Lar a Que Custo? Brasil”, da Habitat para a Humanidade. O levantamento mostra que 34% dos entrevistados tiveram de escolher entre despesas habitacionais e gastos essenciais, como alimentação, vestuário ou medicamentos. A alimentação foi reduzida por 37% dos participantes, percentual que sobe para 48% entre quem não possui casa própria. Além disso, 82% afirmaram que o aumento dos custos habitacionais dificulta a conquista de um imóvel próprio.

A pesquisa aponta ainda que 56% dos brasileiros temem que um problema inesperado comprometa sua capacidade de permanecer na moradia atual, acima dos 48% registrados na média dos 22 países pesquisados. Apesar das restrições financeiras, 92% dos entrevistados no Brasil esperam ter uma casa própria em algum momento da

vida e 79% acreditam que sua situação habitacional melhorará nos próximos três anos. Realizado pela Edelman Intelligence a pedido da Habitat for Humanity International, o estudo ouviu 30.758 pessoas em 22 países entre 10 de abril e 30 de junho de 2026; no Brasil, foram 1.400 participantes.

TRANSTORNOS DE ANSIEDADE E DEPRESSIVOS

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) concedeu 293.097 benefícios por incapacidade temporária relacionados a transtornos de ansiedade e episódios depressivos em 2025. Foram 166.489 concessões por transtornos ansiosos e 126.608 por episódios depressivos. No conjunto dos transtornos mentais e comportamentais, a Previdência Social registrou 546.254 benefícios no período, alta de 15,66% em relação aos 472.328 concedidos em 2024.

O auxílio por incapacidade temporária, antigo auxílio-doença, é destinado ao segurado que comprove estar impossibilitado de exercer o trabalho ou a atividade habitual por mais de 15 dias consecutivos. Segundo o INSS, em regra, é necessário manter a qualidade de segurado e cumprir carência de 12 contribuições mensais. O pedido pode ser feito pelo Meu INSS ou pela Central 135, com apresentação de atestado médico e, quando disponíveis, exames e laudos; a análise também pode ocorrer pelo sistema Atestmed, sem atendimento presencial, embora alguns casos possam exigir perícia médica.

SENADO: ESCALA 6X1

O Senado deve votar na quarta-feira (14), em primeiro turno, a PEC 221/2019, que reduz de 44 para 40 horas a jornada máxima semanal e estabelece dois dias de repouso remunerado por semana, sem redução salarial, encerrando a chamada escala 6x1. Nesta terça-feira (13), o Plenário realiza a quarta das cinco sessões de discussão exigidas antes da primeira votação; a quinta e última está prevista para quarta, em sessão semipresencial marcada para as 14h. O texto, já aprovado pela Câmara dos Deputados, recebeu parecer favorável do relator, senador Omar Aziz (PSD-AM), que rejeitou as 36 emendas apresentadas. Para avançar, a PEC precisa do apoio de pelo menos 49 dos 81 senadores em cada um dos dois turnos de votação.

O PL avalia liberar sua bancada para que os senadores decidam individualmente como votar, segundo o senador Wellington Fagundes (PL-MT), e a medida pode ser adotada também por outras legendas de oposição. A posição difere da defendida pelo coordenador da campanha presidencial de Flávio Bolsonaro, senador Rogério Marinho (PL-RN), que havia se manifestado pelo cumprimento do rito regimental sem aceleração da votação. Na base governista, a líder do governo no Senado, Teresa Leitão (PT-PE), articula um requerimento de calendário especial para dispensar as três sessões de discussão previstas entre os dois turnos e permitir que a segunda votação ocorra ainda na quarta-feira. Para acelerar o calendário, são necessários apoios equivalentes a pelo menos 54 senadores.

CÂMARA: AGENDA DA SEMANA

A Câmara dos Deputados deve realizar sessões deliberativas semipresenciais nesta terça-feira (13) e quarta-feira (14), durante a segunda semana da campanha para o segundo turno das eleições. O Colégio de Líderes partidários se reúne na terça-feira para definir as propostas que serão levadas ao plenário. Entre as matérias que podem entrar na pauta estão medidas provisórias próximas do fim da vigência. A agenda oficial da Câmara já registra sessão deliberativa extraordinária semipresencial convocada para as 13h55 de terça-feira.

Uma das propostas que poderá ser analisada é a MP 1.373/2026, que criou os programas Desenrola Adimplentes e Fies Empreendedor e tem prazo de vigência prorrogado até 26 de outubro. O Desenrola permite a trabalhadores informais adimplentes refinanciar até R\$ 15 mil por instituição financeira, com juros de até 1,99% ao mês, enquanto o Fies Empreendedor oferece crédito a beneficiários em dia com o financiamento estudantil para investimento em negócios próprios. A MP autoriza até R\$ 3 bilhões para o Desenrola Adimplentes e R\$ 1 bilhão para o Fies Empreendedor.



EFRAIM NETO

61 99311 5408
contato@veredasie.com.br

MTB 0011483/DF



VEJA NOSSOS DEBATES
E ASSINE NOSSO CANAL



CONHEÇA MAIS
SOBRE A VEREDAS